RELATÓRIO DE

TRANSPARÊNCIA FISCAL

// DATA BASE: 1Q2025 // EDIÇÃO 17

SECRETARIA DA FAZENDA

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

O RTF

O que é?

Publicação quadrimestral da Sefaz RS, com análise das receitas e despesas da administração fiscal e dos principais passivos e contingências.

Objetivo:

Ampliar a transparência na gestão financeira dos recursos públicos, desde o seu ingresso nos cofres do Tesouro até a sua aplicação.

Dados utilizados:

- → Fonte: Cage, Receita Estadual e Tesouro do Estado
- → Dados consolidados da Administração Direta, autarquias e fundações
- → **Valores nominais**, exceto quando expressamente qualificado

SECRETARIA DA FAZENDA
GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

Critérios de apuração dos dados

Exclusões de receitas e despesas

- Transferências de ICMS e IPVA aos municípios. Transferências ao FUNDEB.
- Receitas e despesas intraorçamentárias, pois são repasses entre entidades do próprio Governo (exemplo: do Tesouro para o IPE)
- Despesas pelo critério liquidado.

Objetivo:

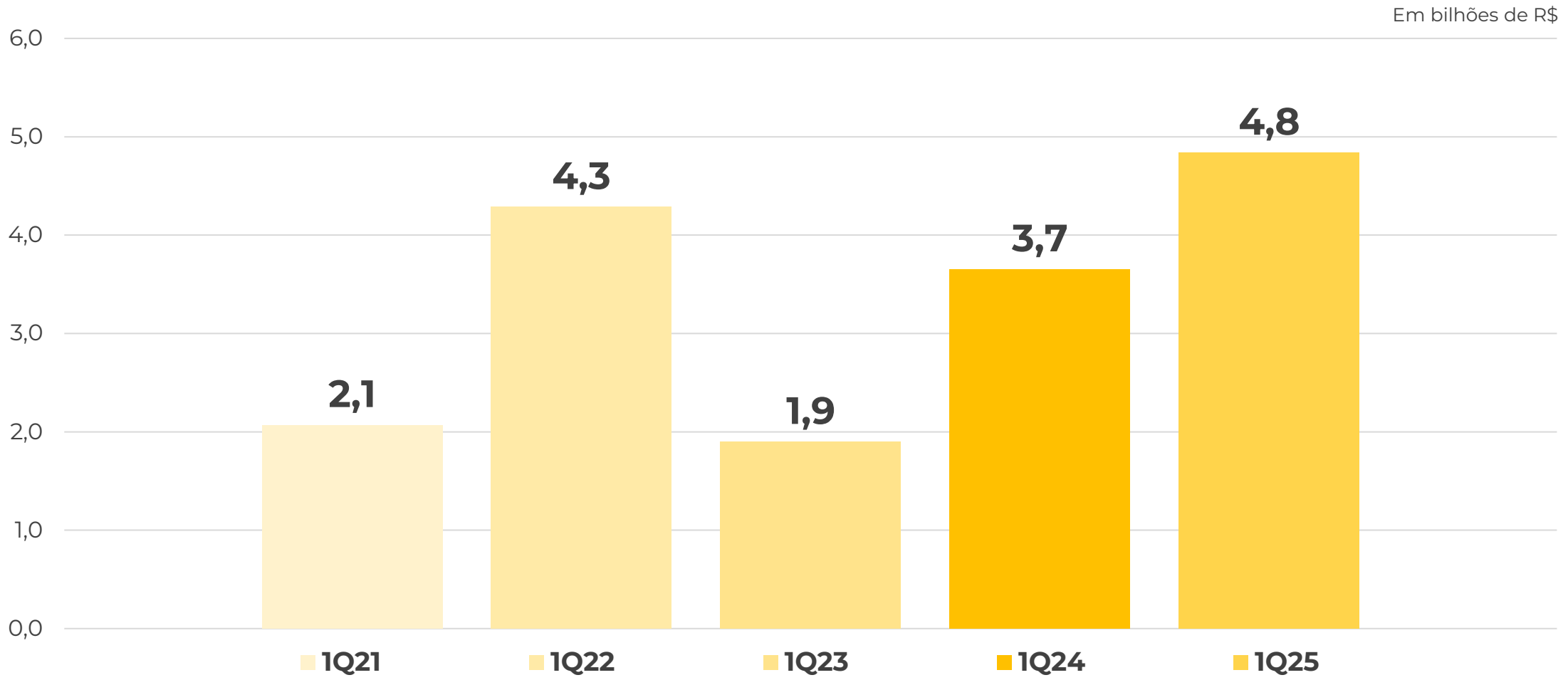
Apresentar os recursos efetivamente captados da sociedade e que estão disponíveis para os dispêndios do Estado, evitando duplas contagens de receitas e despesas que inflam os números totais do orçamento.

Valores:

- Excluídas receitas intraorçamentárias: R$ 5,4 bilhões (1Q25) e R$ 5,2 bilhões (1Q24)
- Excluídas despesas intraorçamentárias: R$ 5,4 bilhões (1Q25) e R$ 5,3 bilhões (1Q24)

PRINCIPAIS RESULTADOS DO 1Q25 E SÉRIE HISTÓRICA

Resultado Orçamentário



Nota: Resultado Orçamentário Efetivo, sem operações intraorçamentárias (dupla contagem contábil).

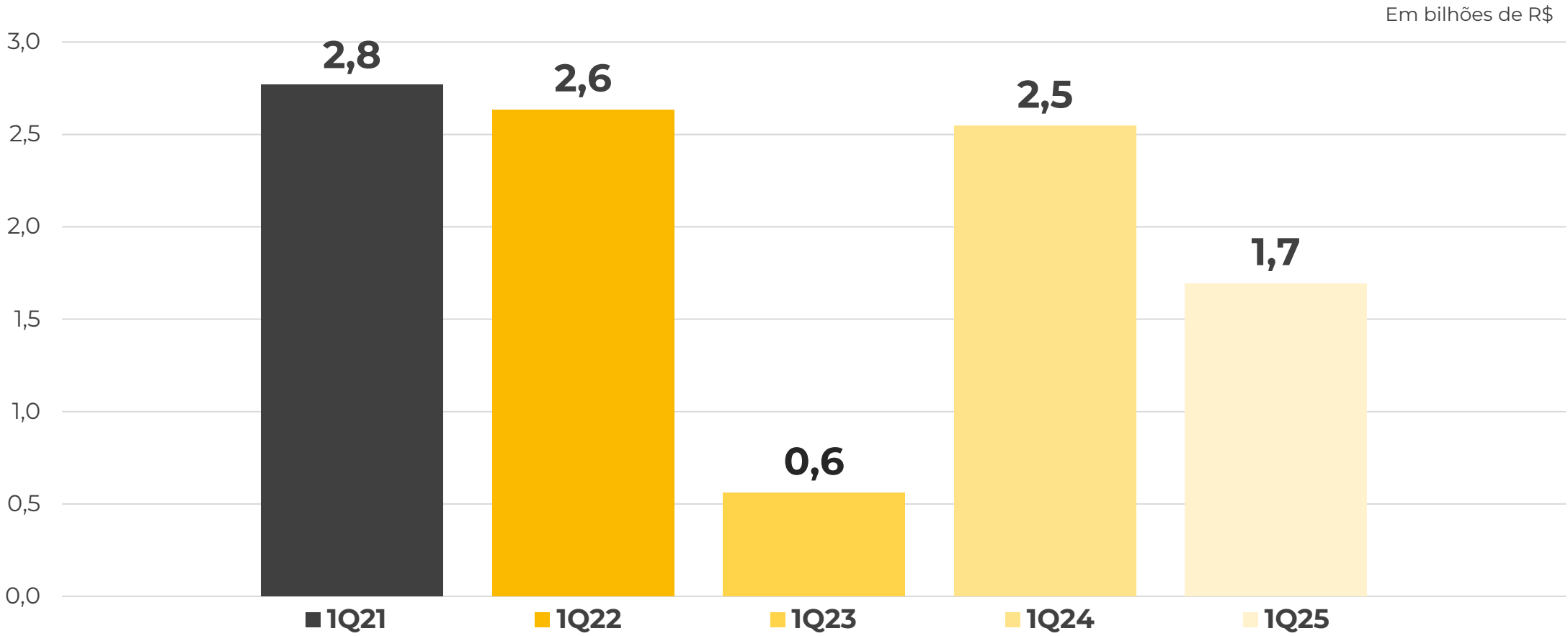
Resultado orçamentário 1Q25 ajustado

Detalhamento (R$ milhões)	
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO PUBLICADO	**4.761**
(-) Serviço Dívida não executado (RRF)	-974
(-) Serviço da Dívida não Executado (repassado ao Funrigs)*	-1.302
(=) Resultado Orçamentário Ajustado Dívida	**2.485**
(-) Receitas Extraordinárias	**-530**
Pró-Sustentabilidade - BID	-530
(=) Resultado Orçamentário Ajustado	**1.955**

- Efeito **"Financiamento pela União"** RRF
- Efeito **"Funrigs"** pelo não pagamento da Dívida e aplicação vinculada à calamidade
- Efeito **Receitas Extraordinárias**
- **Sem RRF e receitas extraordinárias**

Nota: *O valor de R$ 1,3bilhão, transferido ao Funrigs, foi calculado com os encargos originais. Já o valor transferido ao saldo devedor (estoque da dívida com a União), foi de R$ 882 milhões, pois a atualização monetária foi limitada ao IPCA, conforme LC 206.

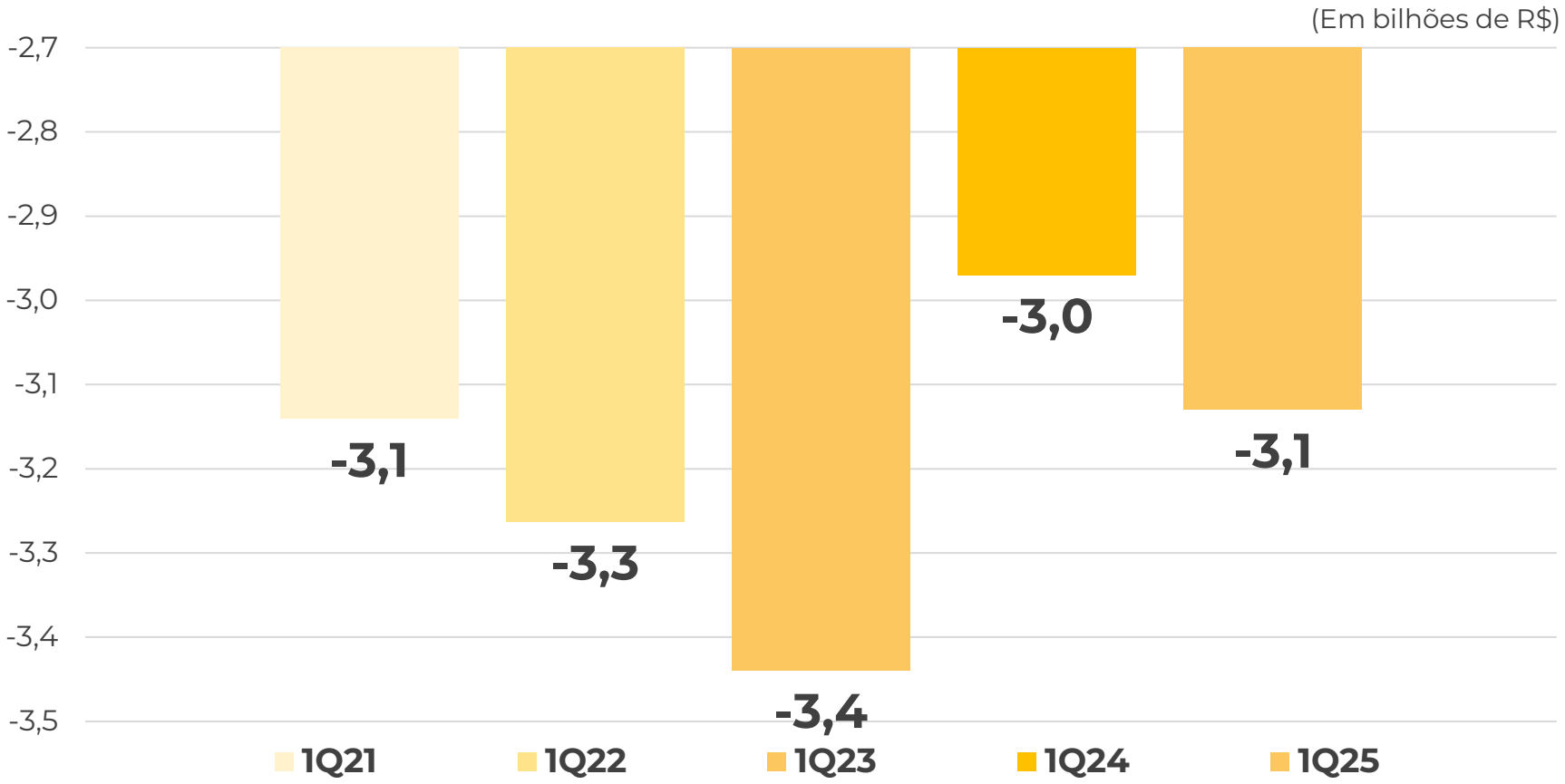
Resultado Primário



Nota: Resultado Primário (critério caixa). A partir do 1Q23, sem RPPS.

Resultado Previdenciário

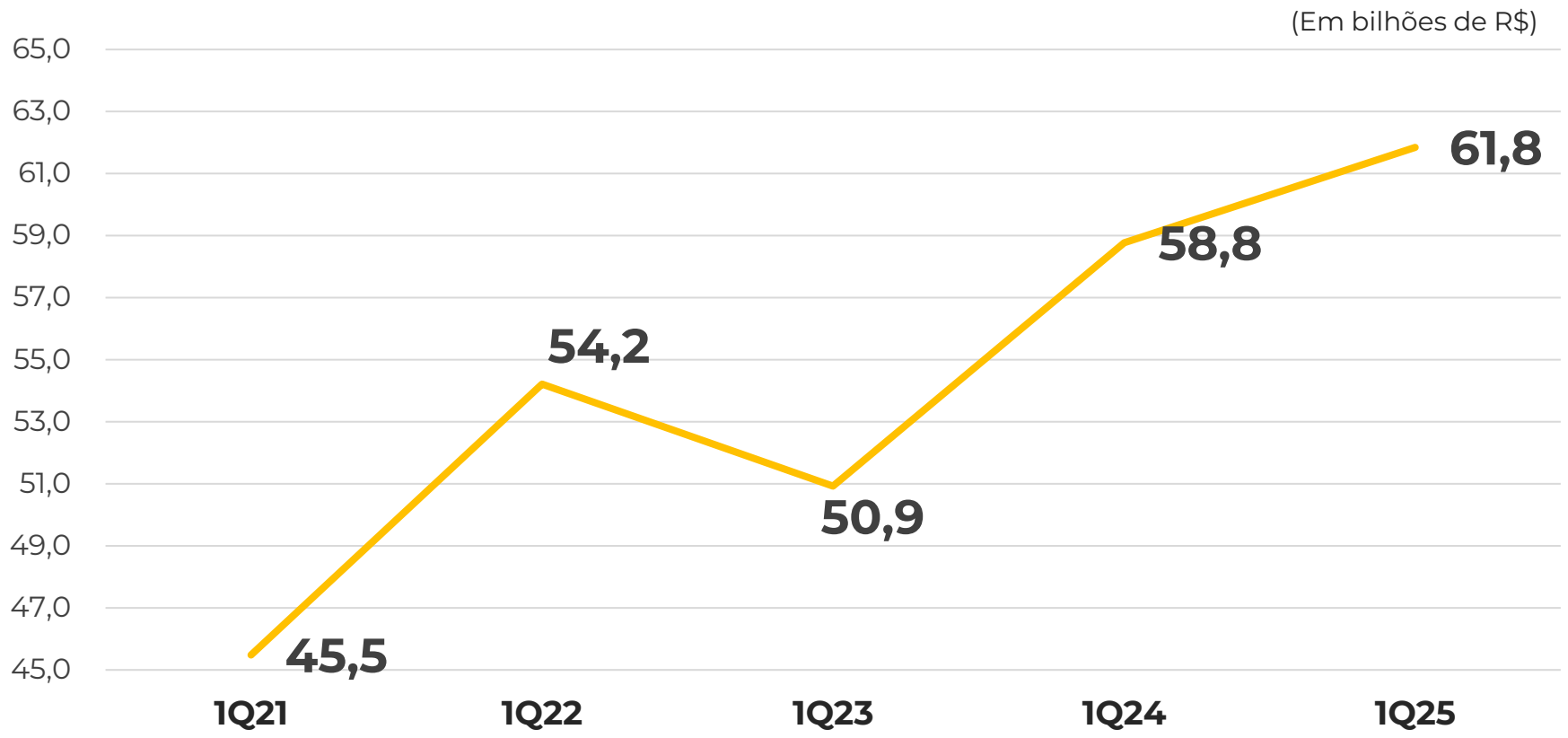
(Fundo Financeiro)



Estabilidade do déficit previdenciário é reflexo da Reforma da Previdência.

Nota: não inclui as despesas administrativas.

Receita Corrente Líquida

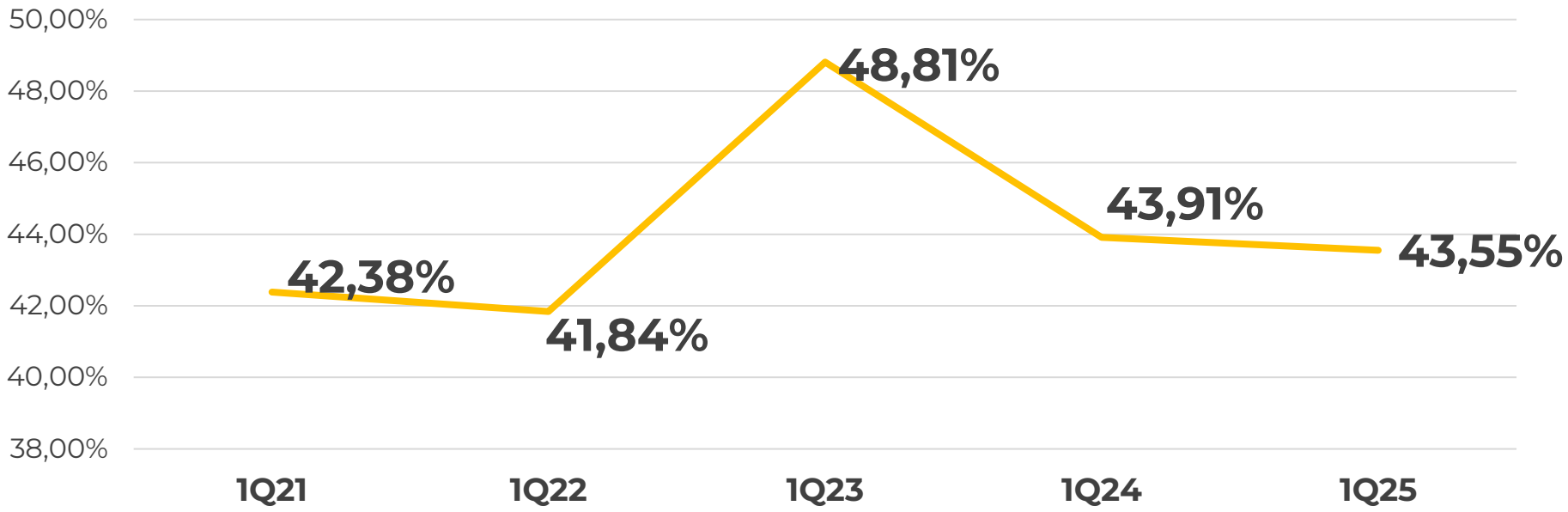


RCL 1Q25 (últimos 12 meses)de R$ 61,8 bilhões

Aumento decorre principalmente do crescimento da receita tributária líquida.

RCL é a referência para aplicação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Despesa de Pessoal



Conversão completa ao critério federal em 2022

Crescimento da despesa de pessoal 4,2% e RCL cresceu 5,1%

PODER EXECUTIVO

43,55%

Abaixo do limite prudencial (46,55%)

TODOS OS PODERES

52,03%

Abaixo do limite prudencial (57,0%)

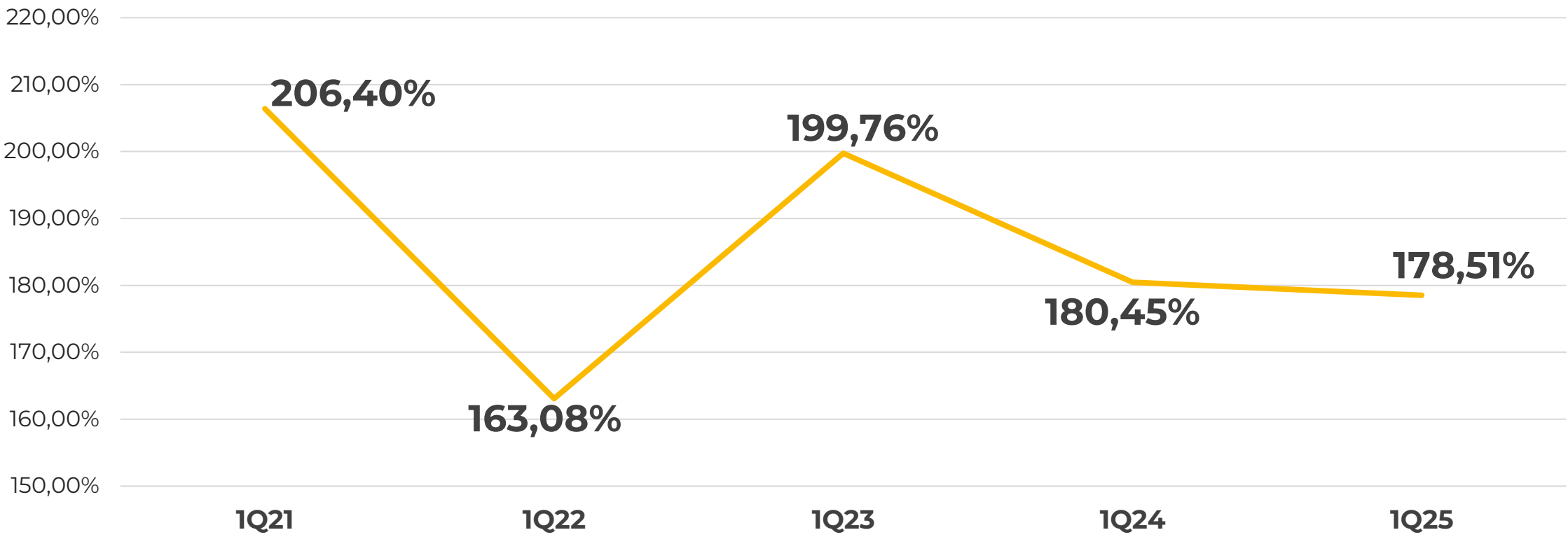
PODER EXECUTIVO: LRF ESTADUAL

45,24%

Média 36 meses

OBS: a partir de jan-21 os indicadores passaram a incluir os pensionistas e o IRRF, conforme LC 178 e EC 109. A partir de jan-22, inclusão das despesas com auxílio bolsa de estudos, Abono Permanência EC 41/03 – RPPS, Gratificação de Direção e dedução das perdas com FUNDEB na RCL.

Dívida Consolidada Líquida (DCL)



Indicador de dívida LRF continua abaixo de 200%

SECRETARIA DA FAZENDA
GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

CALAMIDADE CLIMÁTICA

Despesas calamidade climática desde 2024

VALORES EMPENHADOS EM 2024 E 2025	FONTE FUNRIGS	OUTRAS FONTES	TOTAL
Despesas Correntes	**1.075**	**977**	**2.052**
Aperfeiçoamento do planejamento e mobilidade urbana	389	34	423
Atuação da Defesa Civil Estadual	0	307	307
Auxílio Emergencial RS – Sedes	140	112	252
Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar	0	168	168
Produção de ações habitacionais	113	0	113
Concessão de empréstimos para retomada da economia - Juro Zero	100	0	100
Outros	334	356	689
Despesas de Capital	**3.064**	**702**	**3.767**
Restauração e manutenção de malha rodoviária - Crema	1.182	17	1.199
Aumento de capital em Vinculada-portos RS	731	0	731
Conservação de rodovias	171	162	333
Qualificação das instalações e serviços da Brigada Militar	330	0	330
Restauração e recuperação de rodovias – Funrigs	154	0	154
Produção de ações habitacionais	120	1	121
Outros	376	523	899
TOTAL	**4.140**	**1.679**	**5.819**

Despesa empenhada desde 2024

R$ 5,8 bilhões

→ Funrigs – **R$ 4,1 bilhões**

→ Outras fontes – **R$ 1,7 bilhão**

TRANSPARÊNCIA.RS

PLANO RIO GRANDE

Acesse aqui os dados dos recursos da calamidade pública

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL

Calamidade climática desde 2024

R$ milhões

FUNRIGS - 1Q25	
Recursos Recebidos	**3.389**
Postergação da Dívida com a União	3.210
Transferência Fundo de Reforma do Estado	100
Rendimentos	60
Anulação de restos	3
Restituições recebidas	15
Despesas empenhadas	**4.140**
Saldo de Recurso Disponível	**- 751**

TRANSPARÊNCIA.RS

As despesas são superiores às receitas, pois o empenho representa a autorização orçamentária para realização da despesa e até a efetiva prestação dos serviços e pagamento aos fornecedores, novos ingressos ocorrerão no fundo.

R$ 3,2 bilhões

O Estado deixou de pagar da dívida com a União (LC 206/2024)e os recursos passam a compor o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs)

R$ 100 milhões

Transferidos ao Funrigs do Fundo de Reforma do Estado

R$ 4,1 bilhões

Do Funrigs empenhados, valor está superior ao disponibilizado ao Funrigs pelo fluxo da despesa

RECEITAS 1Q25

Receita Total Efetiva

Valores em R$ milhões	1Q25	1Q24	Δ R$	Δ %
RECEITAS CORRENTES (exceto intraorçamentárias)	22.476	20.631	1.845	9%
RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA	14.614	13.157	1.457	11%
CONTRIBUIÇÕES	1.987	1.933	54	3%
RECEITA PATRIMONIAL	843	501	342	68%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES LÍQUIDAS	4.340	4.436	-96	-2%
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	692	604	88	15%
RECEITAS DE CAPITAL	609	41	568	1.389%
RECEITAS TOTAIS EFETIVAS	23.085	20.672	2.413	12%

- **Receita Bruta de ICMS** de R$ 18,4 bilhões corresponde a um aumento nominal de R$ 2 bilhões vs 1Q24, decorrente principalmente do Refaz Reconstrução com arrecadação bruta no mês de R$ 1,3 bilhão.
- **Receita Patrimonial:** aumento principalmente pelo reconhecimento de receitas de remuneração de depósito bancário dos poderes e órgãos autônomos.
- **Receitas de Transferências:** estabilidade na maioria das transferências da União, exceto o FPE que subiu. Além disso, declínio no retorno do Fundeb, o que já é tendência pela queda no número de matrículas na rede estadual em relação à rede de ensino municipal.
- **Receita de Capital:** receita de R$ 530 milhões da operação de crédito Pró Sustentabilidade no 1Q25 para pagamento de precatórios.

ICMS

(Em bilhões de R$)

Janeiro a abril	Arrecadação Nominal do ICMS	Arrecadação do ICMS atualizada pelo IPCA	Arrecadação Nominal do ICMS (sem REFAZ 2025)	Arrecadação do ICMS atualizada pelo IPCA (sem REFAZ 2025)
2021	14,2	18,3	14,2	18,3
2022	15,2	17,7	15,2	17,7
2023	13,8	15,2	13,8	15,2
2024	16,4	17,4	16,4	17,4
2025	18,3	18,5	17,1	17,2

Quando desconsiderada a Receita Extraordinária do Refaz Reconstrução, o valor arrecadado no 1Q25, corrigido pelo IPCA, é inferior ao 1Q24 e inferior a ao 1Q21, portanto os impactos da LC 194/2022 ainda não foram recuperados.

DESPESAS 1Q25

Despesa Total Efetiva

R$ milhões	1Q25	1Q24	Δ R$	Δ %
DESPESAS CORRENTES	**18.089**	**16.638**	**1.451**	**9%**
Pessoal e Encargos	12.876	11.333	1.543	14%
Dívida (Juros e Encargos)	55	716	-661	-92%
Outras Despesas Correntes	5.159	4.590	569	12%
DESPESAS DE CAPITAL	**160**	**382**	**-222**	**-58%**
Amortizações de Dívida	12	283	-271	-96%
Investimentos	127	93	34	36%
Inversões Financeiras	21	6	15	275%
DESPESAS TOTAIS EFETIVAS	**18.249**	**17.020**	**1.229**	**7%**

→ **Despesas de Pessoal**: O aumento de ativos e inativos tem provável origem na reestruturação de carreiras aprovadas em 2024 e com vigência a partir de janeiro/2025. Já o aumento das sentenças judiciais está concentrado em pagamentos de precatórios realizados com recursos da operação de crédito Pró Sustentabilidade, que totalizaram R$ 1,03 bilhão até abril/2025.

→ **Juros e Encargos e Amortização da Dívida:** queda pela suspensão de pagamentos da dívida a partir de junho/24, conforme previsto pela LC 206/2024.

→ **ODC:** aumento está concentrado nas funções saúde (+ R$ 200 milhões), segurança pública (+ R$ 121 milhões) e educação (+ R$ 120 milhões).

DÍVIDA, CONTINGÊNCIAS E PASSIVOS

Dívida Consolidada

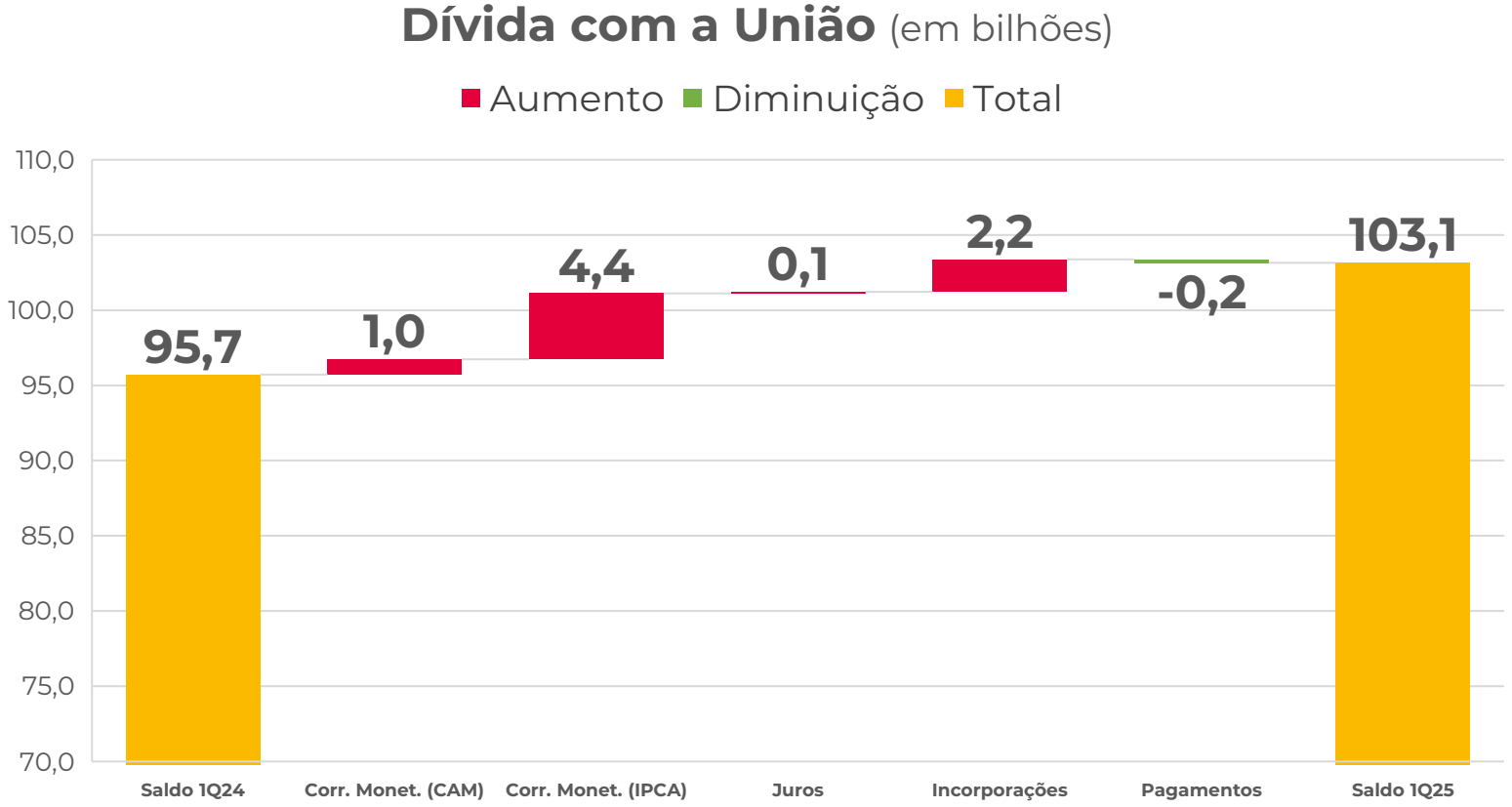
	1Q25	% sobre o total	1Q24	% sobre o total
INTERNAS	**104.422**	**80%**	**97.143**	**80%**
UNIÃO	103.145	79%	95.722	79%
BANCO BRASIL E CEF	597	0%	623	1%
BNDES	223	0%	348	0%
RFB	291	0%	273	0%
DMAE POA	166	0%	176	0%
EXTERNAS	**10.246**	**8%**	**8.615**	**7%**
BIRD	6.691	5%	6.800	6%
BID	3.555	3%	1.815	1%
TOTAL DÍVIDA CONTRATUAL	**114.668**	**87%**	**105.758**	**87%**
PRECATÓRIOS[1]	**16.632**	**13%**	**16.107**	**13%**
TOTAL DÍVIDA CONSOLIDADA	**131.300**	**100%**	**121.865**	**100%**

(1) em ambos os períodos, o saldo devedor de precatórios não computa R$ 523 milhões na Dívida Consolidada, em razão de regramento do Manual dos Demonstrativos Fiscais da STN, por terem sido emitidos antes de 05/05/2000.

Dívida com a União 1Q25 X 1Q24

Saldo da Dívida Consolidada 1Q25 aumentou 7,7% em relação a 1Q24, principalmente em função do aumento da Dívida com a União decorrente do:

- → Aumento de R$ 1,0 bilhão pela correção do CAM (Coeficiente de Atualização Monetária) até junho e R$ 4,4 bilhões de correção do IPCA a partir da vigência da LC 206/2024
- → Incorporações pelo RRF em razão da transferências de outros contratos para a dívida com a União
- → Diminuição pelos pagamentos realizados até maio/24



Dívida com a União - Propag

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 212, DE 13 DE JANEIRO DE 2025

- O **pedido de adesão ao Propag deve ser formalizado até 31 de dezembro de 2025 e está condicionado à exclusão do RRF.** No entanto, está garantida a postergação das parcelas da dívida em decorrência da LC nº 206/24.
- Ou seja, **até maio de 2027, a dívida segue suspensa e, nesse período, o Estado se manterá no RRF.** Com o encerramento dos benefícios da LC nº 206/24, o pedido de adesão ao Propag será processado, resultando na retomada dos pagamentos.
- O **Propag permite a renegociação dos contratos de dívida por um período de 360 meses, com correção monetária pelo IPCA e juros variáveis entre 0% e 2% ao ano**, conforme a modalidade de adesão escolhida. Além disso, o programa institui o Fundo de Equalização Federativa (FEF), que recebe aportes dos Estados equivalentes a 1% a 2% ao ano sobre o saldo devedor.
- **O programa oferece oito pacotes distintos para a composição da taxa de juros**, cada um atrelado a diferentes exigências.

Dívida com a União – Propag

Alternativas atuais que condicionam a taxa de juros a ser aplicada no Propag:

JUROS REAIS	AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA	INVESTIMENTOS (no próprio Estado)	APORTE FUNDO DE EQUALIZAÇÃO
0%	20% saldo devedor	1% saldo devedor	1% saldo devedor
	10% saldo devedor	1,5% saldo devedor	1,5% saldo devedor
	-	2% saldo devedor	2% saldo devedor
1%	20% saldo devedor	-	1% saldo devedor
	10% saldo devedor	0,5% saldo devedor	1,5% saldo devedor
	-	1% saldo devedor	2% saldo devedor
2%	10% saldo devedor	-	1% saldo devedor
	-	0,5% saldo devedor	1,5% saldo devedor

Outros passivos

DEPÓSITOS JUDICIAIS: total utilizado de R$ 10,4 bilhões, sendo R$ 9,9 bilhões referentes ao estoque de terceiros. Recursos utilizados dos depósitos de terceiros é de 63%, sendo que a Constituição Federal prevê o máximo de 30%. **O Estado tem buscado a adequação por meio de pagamentos anuais e a suspensão de novos saques.**

DÍVIDAS DO CAIXA ÚNICO: passivo **zerado**, sendo que no 2Q23 era de R$ 1,7 bilhão e R$ 8,3 bilhões em dezembro de 2018.

Projeções – Plano de Recuperação Fiscal – PLDO/2026

R$ bilhões

Projeções PLDO 2026	2025	2026	2027	2028
Receitas Primárias (sem RPPS)	**63,2**	**67,1**	**69,8**	**74,3**
Despesas Primárias (sem RPPS) + RAP[1]	**65,8**	**72,3**	**72,3**	**73,1**
Resultado Primário para fins de metas LDO 2026	**-2,6**	**-5,2**	**-2,5**	**1,2**
Resultado Orçamentário	**3,0**	**-3,5**	**-4,8**	**-4,2**

[1] RAP: Pagamentos de Restos a Pagar Primário

Período de 2025 A 2027

→ Volume mais alto de despesas primárias em decorrência da destinação das parcelas da dívida com a União suspensas nos termos da LC 206 ao FUNRIGS para gastos relacionados ao enfrentamento da calamidade pública e pagamento de precatórios com recurso de operação de crédito.

Período de 2025 a 2028

→ Os resultados orçamentários negativos indicam o comprometimento da disponibilidade de recursos em caixa, oriundos de superávits de exercícios anteriores. Os déficits futuros suportados são limitados ao saldo existente em caixa. Após esse montante, passa a haver insuficiência financeira.

Relatório de **Transparência Fiscal**

ACESSE NA ÍNTEGRA

Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

MAIS INFORMAÇÕES

ACESSE OS RELATÓRIOS

Relatório Anual da Dívida

Tesouro do Estado

RS Contábil

Cage – Contadoria e
Auditoria Geral do Estado

Receita Dados

Receita Estadual

rs.gov.br

Obrigado!

/sefazrs @sefaz_rs

SECRETARIA DA FAZENDA

GOVERNO DO ESTADO RIO GRANDE DO SUL